

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 111.609 - MG (2019/0111670-2)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
RECORRENTE : GABRIELA DE JESUS FERREIRA (PRESO)
ADVOGADO : FERNANDA DRUMMOND ALVES DINIZ - MG118328N
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por GABRIELA DE JESUS FERREIRA em face de acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS, assim ementado (fl. 83):

"HABEAS CORPUS". TRÁFICO DE DROGAS. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. HIPÓTESES ELENCADAS NO ARTIGO 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. NECESSIDADE DA MEDIDA RESTRITIVA. APREENSÃO DE EXORBITANTE QUANTIDADE DE DROGAS. PENA MÁXIMA COMINADA SUPERIOR A QUATRO ANOS. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. DESCABIMENTO. CONDIÇÕES PESSOAIS DA PACIENTE. IRRELEVÂNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. ORDEM DENEGADA.

- Não há que se falar em constrangimento ilegal se o decreto prisional encontra-se adequadamente fundamentado nos requisitos previstos no art. 312 do CPP, a fim de garantir a ordem pública.
- Evidenciada a periculosidade da agente, a prisão preventiva é medida que se impõe.
- As condições favoráveis, mesmo não sendo garantidoras de eventual direito à soltura, merecem ser devidamente valoradas, considerando as particularidades que envolvem o caso concreto.
- Ordem denegada.

A recorrente foi presa em flagrante pela prática dos delitos tipificados nos artigos 33 e 35 da Lei 11.343/2006, convertida em prisão preventiva em 15/2/2019.

Neste recurso pretende-se a revogação da prisão preventiva, sob a alegação de estarem ausentes os requisitos ensejadores da segregação cautelar.

Requer, subsidiariamente, que sejam aplicadas as medidas alternativas à prisão, previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

A liminar foi indeferida. (fls. 107/110)

As informações foram prestadas. (fls. 115/158 e 159/162)

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do recurso ordinário. (fls. 164/169)

É o relatório.

DECIDO.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

O decreto prisional foi assim fundamentado (fls. 22):

[...]. Cumpre uma análise da necessidade de conversão do flagrante em prisão preventiva, atenta ao disposto no art. 310, do Código de Processo Penal.

Conforme narrativas constante do APFD, após os policiais da comarca de Contagem receberem uma denúncia anônima de que a ré Gabriela, proprietária de um veículo FIAT/STRADA de cor prata, supostamente realizaria uma grande transação comercial de drogas na cidade de Curvelo/MG, nas proximidades da Rua Antônio Olinto. Diante desta informação os policiais da cidade de Contagem, juntamente com os Policiais de Curvelo, realizaram uma operação com o intuito de identificar Gabriela.

Consta que na oportunidade os Militares visualizaram o referido veículo FIAT/STRADA de cor prata, nas imediações da Avenida Antônio Olinto, deslocando em alta velocidade, supostamente em fuga. Após intenso rastreamento localizaram Gabriela, oportunidade que os militares realizaram buscas em seu veículo, onde foi encontrado pelos Militares substância análoga a maconha. Ao ser perguntada sobre a procedência Gabriela alegou que supostamente seria de um indivíduo com a alcunha de Pantera, posteriormente qualificado como Vitor César Avila.

Diante de tal informação, os militares se deslocaram ao endereço do Vitor, ao chegar no local, os militares visualizaram o indivíduo Vitor evadindo por uma mata nos fundos, juntamente com outro suspeito de nome Luiz Felipe Pereira dos Santos, que ao visualizar a guarnição policial também adentrou em fuga, sendo perseguido pelos Policiais e desobedecendo ordem legal de parada, os quais conseguiram capturar com êxito o suspeito Luiz, porém Vitor conseguiu fugir.

Por fim, foram realizadas buscas no local, onde fora encontrado uma pistola, 117 (cento e dezessete) barras de substâncias análogas a maconha, embaladas de forma semelhantes a que foi encontrada no carro da acusada Gabriela.

Ressai, do expediente flagrantial, a prova da existência dos crimes e indícios suficientes de autoria, conforme laudos de fl. 39/40, declarações prestadas pelo Policial Condutor, por sua vez, corroborado pelos demais depoimentos.

A gravidade que se delineia no caso concreto é patente, já sabido que o tráfico, além de difundir a droga no meio social, arruinando a saúde pública e os pilares da família, fomenta a prática de uma série de outros delitos tão graves quanto, em afronta direta aos mecanismos e instituições de segurança próprios do Estado, gerando na sociedade verdadeiro sentimento de medo e impunidade e, assim, vulnerando, sobremaneira a ordem pública, o que, de certo se perpetuará, se os

autuados permanecerem em liberdade, tendo em vista que foram encontrados aproximadamente 68kg de maconha. Além do suspeito Luiz, está em cumprimento de pena, conforme CAC de fl. 41, o que demonstra sua personalidade voltada para a prática de crimes. **Consta também, que supostamente a ré Gabriela estaria responsável pelo comando do tráfico na cidade de Curvelo.**

Ademais, evidente a condição de admissibilidade disposta no art. 313, I, do CPP, quanto a ambos os autuados, e também do inciso II, em relação ao flagranteado Luiz.

Portanto, a manutenção dos acautelamentos em questão é medida que se impõe, para o resguardo da ordem pública.

Outrossim, a prisão preventiva, tendo como fundamento a garantia da ordem pública, visa impedir que o agente, solto, continue a delinquir, existindo, pois, evidente perigo social decorrente da demora em se aguardar o provimento definitivo.

[...]

Assim, ante a materialidade das infrações e os suficientes indícios da autoria, constatada a necessidade de garantia da ordem pública, perfazem-se presentes os requisitos e fundamentos autorizadores da prisão cautelar, nos termos do art. 312, do Código de Processo Penal, não sendo cabível a concessão da liberdade provisória.

Diante do exposto, atenta à manifestação Ministerial de fl. 45/47, converto a prisão em flagrante de Luiz Felipe Pereira dos Santos e Gabriela de Jesus Ferreira em prisão preventiva, nos termos do art. 310, II do CPP.

Face a conversão em prisão preventiva, não se vislumbra, por ora, a necessidade de decretação de outras medidas cautelares.[...].

Como se vê, foi apontada a gravidade concreta do delito para a decretação da prisão preventiva, explicitada na expressiva quantidade do entorpecente apreendido, qual seja, **aproximadamente 68 quilos de maconha**, o que deve ser considerado argumento idôneo para a segregação preventiva.

Pacífico é o entendimento nesta Corte Superior de que, embora não sirvam fundamentos genéricos (do dano social gerado por tráfico, crime hediondo, ou da necessidade de resposta judicial) para a prisão, podem a periculosidade e riscos sociais justificar a custódia cautelar no caso de tráfico, assim se compreendendo a especialmente gravosa natureza ou quantidade da droga. Nesse sentido: HC n. 291125/BA – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 3/6/2014; AgRg no RHC n. 45009/MS – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Rogério Schietti Cruz – DJe 27/5/2014; HC n. 287055/SP – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Moura Ribeiro – DJe 23/5/2014; RHC n. 42935/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Sebastião Reis Júnior – DJe 28/5/2014.

Não obstante, indicou-se no decreto que a acusada, ora paciente, *estaria responsável pelo comando do tráfico na cidade de Curvel* (fl. 25),

constituindo fundamento idôneo para a manutenção da prisão. A propósito: RHC 103.197/MG, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 19/3/2019, DJe 28/3/2019; e RHC 93.931/MG, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 22/5/2018, DJe 6/6/2018.

Havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/9/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/3/2015.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 04 de junho de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator